



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

**PARECER:** 779/2021–G3P

**ASSUNTO:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 18003/2012-e

**EMENTA:** **1. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE.** SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SE/DF. IRREGULARIDADES E POSSÍVEIS DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO DECORRENTES DO CONTRATO Nº 16/2009, FIRMADO ENTRE A SE/DF E A EMPRESA CEQUIPEL. EXISTÊNCIA DOS ELEMENTOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À IMPUTAÇÃO DE DÉBITO. APURAÇÃO EM CURSO NA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. DECISÃO Nº 4509/2015. SOBRESTAMENTO DO FEITO. DECISÃO Nº 317/2020. SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES À CGU SOBRE A APURAÇÃO EM CURSO. DECISÃO Nº 3737/2020. CITAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PARA APRESENTAREM DEFESA OU RECOLHEREM O VALOR DO DÉBITO. DEFESA APRESENTADA POR APENAS UM DOS RESPONSÁVEIS. REVELIA DOS DEMAIS.

**2. ÁREA TÉCNICA** OPINA PELA **IMPROCEDÊNCIA** DA DEFESA, REVELIA DOS DEMAIS E NOVA CITAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PARA SE MANIFESTAREM SOBRE A OCORRÊNCIA DE SOBREPREÇO. **COTA COMPLEMENTAR.** EXCLUSÃO DO SR. DANIEL NICOLAU DUTRA DO ROL DE RESPONSÁVEIS.

**3. CONVERGÊNCIA DO MPCDF** COM INFORMAÇÃO DO **ACE.** PELA **PERMANÊNCIA** NO FEITO DE TODOS OS RESPONSÁVEIS, INCLUSIVE DO SR. DANIEL NICOLAU DUTRA.

Os presentes autos abrigam Tomada de Contas Especial, instaurada no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF, para apurar possível prejuízo decorrente da execução do Convênio FNDE nº 700.229/2008, firmado com o Ministério da Educação, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para aquisição, entre outros, de conjuntos de cadeiras e carteiras escolares.

2. Apurou-se em sede de auditoria realizada pela CGDF que a SE/DF, ao firmar o Contrato nº 16/2009 com a empresa Indústria de Móveis CEQUIPEL Paraná Ltda. para a aquisição do objeto previsto no convênio, não observou o princípio da economicidade, ocasionando prejuízo ao erário distrital, no valor de R\$ 210.069,00.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

3. Na última deliberação Plenária, mediante a **Decisão nº 3737/2020** (peça 33), determinou-se a **citação** dos seguintes responsáveis, *in verbis*:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da TCE em exame, objeto do Processo nº 080.001.127/2010; II – determinar, com amparo no art. 13, II, da Lei Complementar nº 1/94, a citação dos Srs. **JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE, DANIEL NICOLAU DUTRA** e da empresa **INDÚSTRIA DE MÓVEIS CEQUIPEL PARANÁ LTDA.**, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem suas alegações de defesa ou efetuem e comprovem o recolhimento, em solidariedade, do débito no valor de R\$ 210.069,00 (duzentos e dez mil e sessenta e nove reais) atualizado até abril de 2019, em face da aquisição de material com sobrepreço, por meio do Contrato nº 16/2009, firmado entre a SEE/DF e a empresa Indústria de Móveis CEQUIPEL Paraná Ltda., alertando-os de que o valor do débito deverá ser atualizado até o dia do adimplemento, nos termos da Lei Complementar nº 435/01; III – alertar os nominados responsáveis acerca da possibilidade deste Tribunal julgar suas contas irregulares, com base no art. 17, III, “c”, da Lei Complementar nº 1/94 e aplicar-lhes as penalidades previstas no art. 56 e 60 do mesmo diploma legal, no caso de considerar improcedentes as defesas apresentadas; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências pertinentes. (grifos acrescidos)*

4. Regularmente cientificados, conforme Recibos de Expediente às peças 37, 38 e 41 dos autos, apenas a empresa Cequipel Ind. de Móveis e Com. e Equipamentos Ltda. apresentou defesa (peça 43), quedando-se inertes os demais responsáveis ao chamado.

5. Em sequência, o Corpo Técnico, mediante a Informação nº 12/2021-SECONT3 (peça 51), opinou pela **improcedência** da defesa apresentada pela mencionada empresa, bem como sugeriu fossem considerados **revéis** o Sr. **JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE** e o Sr. **DANIEL NICOLAU DUTRA**, nos termos do artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94.

6. O ACE destacou, ainda, que não foi contemplado na análise inicial da presente TCE o prejuízo apurado pela CGU, “na assinatura e execução do **Contrato nº 133/2009**, firmado pelo Secretário de Estado, à época, Sr. **JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE**, e a empresa **DESK MÓVEIS ESCOLARES E PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA.**, visando a aquisição de 15.180 carteiras ao preço unitário de R\$ 115,90, totalizando R\$ 1.759.362,00”.

7. Esclareceu que tal omissão decorreu de “erro foi induzido pela Nota Técnica nº 100/2012 GEINP/DIREC/SUTCE/STC (fls. 286/288 do e-doc nº 7DC53FC8) e pela informação contida no Ofício nº 1577/2012 – GAB/STC (fl. 28 do e-doc nº 9C4B52B4)”, cujo valor do prejuízo, atualizado em janeiro de 2021, remonta ao importe de R\$ 1.872.483,26.

8. Nesse sentido, propôs a **citação** do então Secretário de Estado de Educação, Sr. **JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE** e da empresa **DESK MÓVEIS ESCOLARES E PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA.** para apresentarem defesa ou recolherem o valor do débito. Em adendo, por considerar que a presente TCE encontra-se em fase avançada e, assim, visando evitar tumulto processual, sugeriu que a citação e demais atos correlatos sejam feitos em autos apartados.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

9. Ato seguinte, em **Cota Complementar** apresentada mediante a Informação nº 178/2021-DICONT3 (peça 52), o Sr. Diretor da Terceira Divisão de Contas apresentou proposta de **exclusão** do rol de responsáveis o **Sr. DANIEL NICOLAU DUTRA**, tendo em vista que sua citação teria ocorrido apenas por ser o representante legal da empresa, “*uma vez que teria sido o signatário do Contrato 16/2009*”.

10. Eis os argumentos apresentados pelo Sr. Diretor:

*(...) embora conste seu nome na Matriz de Responsabilização (fl. 31\*), entendemos que seu chamamento ocorreu somente para apresentar defesa como representante legal da empresa, uma vez que firmou o contrato nessa condição. Destaca-se também que não houve nas análises precedentes qualquer indicação de participação do Sr. DANIEL NICOLAU DUTRA no prejuízo imputado, mas somente o fato de ter sido à época o representante da empresa.*

*6. Desse modo, pensamos que, em relação ao Contrato 16/2009, não há qualquer responsabilização do mencionado senhor, uma vez que seu chamamento se limitaria a trazer a defesa da empresa e isso foi feito por meio dos procuradores legais do sócio administrador, conforme indicado no § 5º da Informação 12/2021 – SECONT/3ªDICONT.*

*7. Cabe ainda lembrar que, embora os recursos utilizados tenham vindo da União por meio de convênio, a pactuação se deu por meio de contrato firmado pela Secretaria de Estado de Educação do DF e pela empresa Cequipel Indústria de Móveis e Comércio de Equipamentos Gerais Ltda., e não por convênio do GDF. Assim, se fosse haver responsabilização pessoal em relação aos atos da empresa, esta deveria se dar em relação aos seus sócios.*

*8. Nesse contexto, não há como se responsabilizar solidariamente o Sr. DANIEL NICOLAU DUTRA, devendo ele ser excluído do rol de responsáveis.*

11. Ao final, sugeriu ao Plenário que:

*I. tome conhecimento:*

*a) das alegações de defesa apresentadas pela empresa CEQUIPEL INDÚSTRIA DE MÓVEIS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS GERAIS LTDA. ( e-doc nº 0419618C-e) para, no mérito, considerálas improcedentes;*

*b) Informação 12/2021 – SECONT/3ªDICONT (e-doc nº E1B15F8F-e);*

*II. considere, consoante artigo 13, § 3º, da Lei Complementar 1/1994, revel o Sr. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE;*

*III. determine a exclusão do Sr. DANIEL NICOLAU DUTRA do rol de responsáveis destes autos;*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

*IV. consoante artigo 13, § 1º, da Lei Complementar 1/1994, autorize a cientificação do responsável citado no item I, da rejeição de suas alegações de defesa, e do relacionado no item II para que, em um prazo de 30 (trinta) dias, comprovem o recolhimento ao Erário distrital do valor do prejuízo solidário apurado nesta TCE (R\$ 287.394,42 – valor de referência em 27/01/2021), sendo que a ausência das comprovações poderá ensejar o julgamento irregular das contas, conforme previsto no artigo 17, inciso III, alínea “c”, da citada norma legal, assim como a aplicação das sanções pecuniárias previstas nos artigos 56 e 60 da citada LC, alertando aos responsáveis que os valores deverão ser atualizados até a data de seu adimplemento;*

*V. nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar 1/1994, ordene a citação dos responsáveis relacionados na Matriz de Responsabilização (peça nº 46, e-doc nº F8BA41FD-e) para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa quanto ao sobrepreço verificado no Contrato nº 133/2009, firmado entre a SEDF e a empresa DESK Móveis Escolares e Produtos Plásticos Ltda., ou recolham ao Erário distrital a importância indicada naquela matriz, sendo que o indeferimento das alegações apresentadas poderá ensejar o julgamento irregular das contas, conforme previsto no artigo 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da citada norma legal, assim como a aplicação de sanções pecuniárias previstas no artigo 56 da citada LC, alertando aos responsáveis que os valores deverão ser atualizados até a data de seu adimplemento;*

*VI. autorize:*

*a) o processamento da citação, demais atos correlatos e a análise das defesas a serem apresentadas, referentes ao item V, sejam realizados em autos apartados, com a inclusão de cópia da Informação nº 12/2021 – SECONT/3ªDICONTE (peça nº 47, e-doc nº E1B15F8F-e), da Matriz de Responsabilização (peça nº 46, e-doc nº F8BA41FD-e) e do Papel de Trabalho (peça nº 45, e-doc nº 2B52B74E-e); e*

*b) o retorno do feito à Secretaria de Contas para as providências de estilo.*

12. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, mediante o Despacho nº 1376/2021/SECONT (peça 53), razão pela qual passo, de imediato, ao exame da defesa apresentada pela sociedade empresária CEQUIPEL INDÚSTRIA DE MÓVEIS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS GERAIS LTDA., constante à peça 43.

13. Cumpre rememorar, por necessário, que a aludida empresa foi citada em razão da aquisição de material com sobrepreço, por meio do Contrato nº 16/2009, firmado com a SEE/DF, conforme apurado em sede de auditoria realizada pela CGU.

14. Por oportuno, valho-me da transcrição<sup>1</sup> apresentada na Informação nº 12/2021, que bem sintetiza os fatos relacionados à irregularidade perpetrada:

---

<sup>1</sup> e-Doc nº 4BCF75CB-e fls. 32/38 - peça nº 25.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

*“5. A Controladoria-Geral da União realizou auditoria no referido convênio e emitiu o Relatório de Demandas Especiais nº 00.190.001709/2010-12-C (fls. 98/115\*). Nessa auditoria, identificou-se a adesão à Ata de Registro de Preços do Governo do Estado do Piauí eivada de vícios de legalidade, configurados na majoração do preço cadastrado por motivo de “força maior” ou por “fatos imprevisíveis”, de R\$ 122,51 para R\$ 189,90 a unidade, uma variação de 55% no período de 05 meses de vigência da referida ata (fls. 104/106\*).*

*6. A auditoria da CGU constatou, ainda, que a SE celebrou o Contrato nº 133/2009 com a empresa Desk Móveis Escolares e Produtos Plásticos LTDA., para aquisição de mesmo material, com preço unitário bem inferior ao anteriormente contratado, conforme planilha de folha 108\*, apurando um prejuízo no montante de R\$ 656.673,20 em valores de 2009.*

(...)

*11. O Contrato nº 16/2009, publicado no DODF nº 30 de 11/02/2009 (fl. 13), foi subscrito pelo Sr. José Luiz da Silva Valente, então Secretário de Estado de Educação, e pelo Sr. Daniel Nicolau Dutra, como representante da Empresa Indústria de Móveis Cequipel Paraná Ltda.*

*12. Na gestão do Sr. José Luiz da Silva Valente, no ano de 2009, foi firmado o Contrato de aquisição de bens móveis nº 133/2009, publicado no DODF nº 236 de 08/12/2009 (fl. 14), cujo preço de aquisição foi 123,29% menor do que a primeira aquisição.*

*13. Os preços em discussão foram obtidos pela própria Secretaria de Estado de Educação em aquisições realizadas no ano de 2009, configurando prejuízo ao erário, o qual iremos calcular a seguir. Desta forma, somos por chamar em audiência os cidadãos que subscreveram o Contrato nº 16/2009, assim como a referida empresa.*

Preço Unitário do conjunto cadeira/carteira (2010)	ICMS (17%)	IPI (4,76%)	Preço Unitário sem os impostos	Quantidade	Valor total
189,80	32,27	9,03	148,50	4.130 <sup>3</sup>	783.874,00
Glosa no pagamento - 2010NL01347					276.023,58
85,00	14,45	4,05	66,50	4.130	351.050,00
<b>Diferença</b>					<b>156.800,42</b>

Consideramos o valor integral do pagamento, o qual poderá sofrer alteração mediante comprovação do recolhimento dos impostos por parte da empresa.

*14. A inclusão da empresa que forneceu as cadeiras e as carteiras como responsável pelos prejuízos identificados é devido às irregularidades identificadas pela CGU na Ata de Registro de Preços do Governo do Estado do Piauí. \* Processo nº 080.001.127/2010”*





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

15. A defendente alega em suas razões de defesa que, diante do transcurso de mais de 10 anos da dita contratação, não mais possui os documentos referentes à venda de aludidos bens. Realça a fragilidade de apresentar defesa, uma vez que, *“por diversas vezes, no curso deste processo, é mencionado que o Contrato 16/2009, firmado pela Peticionária, tem por objeto os mesmos produtos do contrato 133/2009, firmado por terceira empresa”*, destacando, ainda, que não se encontram nos autos as fls. 104/106, *“sempre mencionadas como fundamento para tal conclusão”*.

16. Aduz que, embora as cópias dos extratos dos contratos acostados autos sejam de pouca valia para a elucidação da controvérsia, salienta que é possível *“ratificar o que a Peticionária já sabia, não se trata de produtos idênticos”*.

17. Prossegue aduzindo que é líder nacional no ramo de móveis escolares e que vários fatores podem incidir nos custos dos móveis, a exemplo da estrutura das cadeiras e das mesas que *“pode ser de melhor ou pior qualidade, tendo uma vida útil maior ou menor, dependendo do que foi utilizado”*. Esclarece ainda que o material dos tampos de mesa e a estrutura com material contínuo, sem emendas por parafusos, também podem incidir no preço dos referidos itens.

18. Diz não ser possível demonstrar a diferença dos produtos adquiridos, pois *“a Administração não se desincumbiu de seu ônus de provar o que alega e não juntou aos autos qualquer prova de que se trata dos mesmos produtos”*. Alega que a mera descrição do produto não é suficiente para se chegar a qualquer conclusão, tendo em vista que há uma infinidade de possibilidades quando se trata de cadeiras e mesas escolares. Além do que, assevera que o prazo para a empresa manter em sua posse a documentação correspondente já expirou há muito, de acordo com o artigo 37 da Lei nº 9.430/96, artigo 45, inciso III, da Lei nº 8981/95 e artigo 173 CTN.

19. Desta forma, a empresa roga pelo acolhimento da defesa, afastando-se sua responsabilidade no evento danoso, *“não somente por violação de seu direito à ampla defesa e contraditório, também por ausência de provas do que alega a Administração, e por fim, em relação ao mérito, porque a Peticionária simplesmente cumpre os pedidos que são emitidos de todos aqueles que aderem a uma licitação”*.

20. O Corpo Técnico, ao enfrentar a alegação da empresa acerca do suposto prejuízo para exercer o contraditório, especialmente diante da alegada ausência das fls. 104/106, ressaltou que toda a documentação relacionada à TCE se encontra nos autos do Processo nº 080.001.127/2010 (e-doc nº 7DC53FC8 – vol. I e e-doc nº 9C4B52B4 -vol. II). Citou, a título de exemplo, vários documentos relevantes que instruíram a TCE e as suas correspondentes localizações, com citação precisa das folhas do aludido processo, destacando-se ainda a possibilidade de amplo acesso por parte da empresa a todos esses documentos.

21. Relativamente à suposta ausência das fls. 104/106, o Corpo Técnico ressaltou que essas *“são as constantes no Processo nº 080.001.127/2010 (volume I), que correspondem às fls. 113/115 do e-doc nº 7DC53FC8, onde a Controladoria-Geral da União descreve a existência de prejuízo ao erário com a referida aquisição. Entretanto, a indicação correta seriam folhas 106/111 do processo físico, que equivalem às folhas 115/120 do e-doc nº 7DC53FC8.”*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

22. Asseverou, ainda, que não basta para afastar a responsabilidade da empresa a mera alegação de que as cadeiras são diferentes, pois não restou demonstrada eventual superioridade ou distinções dos produtos para justificar o sobrepreço, além de não *“observar que os valores utilizados como parâmetro para o cálculo do prejuízo são os constantes na Ata de Registro de Preços nº 129/2009, objeto do Pregão Eletrônico Nº 0004/2009 da SEPLAG/Central de Compras, publicada no DODF Nº 179, de 16 de setembro de 2009 (fl. 118 do volume I do Processo nº 080.001.127/2010 – e-doc nº 7DC53FC8)”*.

23. Rechaçou, por fim, a alegação de que o prazo legal que a empresa tem para manutenção destes documentos já havia expirado, sob o argumento de que *“o prazo de prescrição que rege o rito das Tomadas de Contas Especiais está previsto no artigo 37, § 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil e não na Lei nº 9430/1996, a qual dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta, nem tampouco na Lei nº 8981/1995, a qual altera a legislação tributária Federal, ou no Código Tributário Nacional”*.

**Manifestação do MPCDF**

24. Sem reparos a análise apresentada pelo Corpo Técnico acerca da improcedência da defesa.

25. Com efeito, não há espaço para a alegação de prejuízo à ampla defesa e ao contraditório da empresa no presente feito, uma vez que a documentação relacionada ao malsinado Contrato nº 16/2009 encontra-se devidamente encartada nos autos do Processo nº 080.001.127/2010, inteiramente digitalizado e disponível para consulta dos interessados, inclusive da ora defendente.

26. *Data vênia*, não convence a alegação de que o transcurso de mais de 10 anos seria impeditivo para formular defesa substancial, pois, como se disse acima, bastava a empresa acessar os autos da TCE para tomar conhecimento dos elementos fático-probatórios que envolvem a questão do sobrepreço.

27. Ademais, restou rechaçada a alegação de que estariam faltando as fls. 104/106, o que, no dizer da defendente, fragilizaria *“ainda mais sua possibilidade de defesa”*. Como bem demonstrado pelo Corpo Técnico, referidas folhas *“equivalem às folhas 115/120 do e-doc nº 7DC53FC8”*, ou seja, não há peça alguma faltando nos autos, o que derruba a argumentação da empresa de que tal fato teria causado prejuízo à defesa.

28. Repita-se, todos os elementos fático-probatórios relacionados ao prejuízo causado ao erário em razão do sobrepreço encontram-se nos autos, sendo franqueado à defendente o livre acesso a todos os documentos necessários à elaboração de defesa consistente.

29. Em sendo assim, descabe, por completo, a alegação de infringência aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

30. De outra banda, não merece acolhida a argumentação empresarial de que a *“Administração não se desincumbiu de seu ônus de provar o que alega e não juntou aos autos qualquer prova de que se trata dos mesmos produtos”*.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

31. Ora, restou sobejamente demonstrado na auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União, por meio do Relatório de Demandas Especiais nº 00.190.001709/2010-12-C, o prejuízo causado ao erário, sendo constado que no mesmo ano da celebração do Contrato nº 16/2009 outro foi celebrado também para aquisição de bens moveis (Contrato nº 133/2009), cujo preço de aquisição foi 123,29% menor do que aquele.

32. A aludida auditoria identificou de forma precisa os responsáveis e apurou o prejuízo decorrente do sobrepreço no âmbito do Contrato nº 16/2006, questão que, com a devida *vênia*, não mereceu a devida atenção da defendente, que se limitou a fazer alegações genéricas sobre o tema, deixando de demonstrar que os produtos fornecidos eram distintos e reuniam características e qualidade superiores capazes de justificar o sobrepreço praticado.

33. Por derradeiro, também não socorre a defendente a alegação de que há muito teria expirado o prazo legal para manutenção dos documentos relacionados ao Contrato nº 16/2009, pois se funda em dispositivos inaplicáveis à espécie, de ordem tributária, referentes à guarda de comprovantes de escrituração da pessoa jurídica, o que, repita-se, não se aplica à presente TCE.

34. Assim, deve subsistir a argumentação da Instrução no sentido de que “*o prazo de prescrição que rege o rito das Tomadas de Contas Especiais está previsto no artigo 37, § 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil*”.

35. Desta forma, em face do acima esposado, deve ser julgada totalmente **improcedente** a defesa formulada pela empresa Indústria de Móveis Cequipel Paraná Ltda.

36. Quanto aos demais responsáveis, Srs. **JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE** e **DANIEL NICOLAU DUTRA**, tendo em vista a inércia de ambos quanto à apresentação de razões de defesa, pode o Tribunal considerá-los **revéis**, nos termos do artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94.

37. **Por outro lado**, em relação à proposta do ACE de “*citação do então Secretário de Estado de Educação, Sr. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE (CPF: 207.147.500-34) e da empresa DESK MÓVEIS ESCOLARES E PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA. (CNPJ: 74.148.958/0001-60), para que apresentem defesa ou recolham o valor do prejuízo identificado, relativo ao Contrato nº 133/2009, detalhado por responsável na Matriz de Responsabilização (peça nº 46, e-doc nº F8BA41FD-e)*”, **não há qualquer objeção do Ministério Público de Contas**, inclusive quanto ao processamento do referido ato em **autos apartados**.

38. Por derradeiro, o Sr. Diretor da Divisão de Contas apresentou cota complementar sugerindo a exclusão do rol de responsáveis do Sr. DANIEL NICOLAU DUTRA, subscritor do Contrato nº 16/2009, uma vez que seu “*chamamento ocorreu somente para apresentar defesa como representante legal da empresa, uma vez que firmou o contrato nessa condição*”, salientando ainda que: “*não houve nas análises precedentes qualquer indicação de participação do Sr. DANIEL NICOLAU DUTRA no prejuízo imputado, mas somente o fato de ter sido à época o representante da empresa*”.

39. Com a mais respeitosa *vênia* ao quanto propugnado, o MPCDF entende que o Sr. Daniel Nicolau Dutra deve ser mantido nos autos desta TCE como um dos responsáveis pelos







**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

prejuízos causados ao erário, tendo em vista que, como bem afirmado pelo Corpo Técnico, foi ele o subscritor do contrato. A condição de representante legal da empresa apenas realça sua responsabilidade no evento danoso ao erário, sobretudo por firmar o contrato nessa condição.

40. Aliás, o ora responsável foi atuante como representante legal da empresa no procedimento licitatório, conforme se verifica dos autos.

41. Compulsado o Processo nº 080-001127/2020 (e-Doc 7DC53FC8, fl. 37), verifica-se a participação direta do Sr. Daniel Nicolau Dutra no evento, conforme documento abaixo colacionado parcialmente:

 <b>GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL</b> <b>SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO</b> <b>UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>	 <b>BRASILIA</b> F 9 8 2 4 1 E						
Ofício n.º 591/2009- UAG/SEDF	Brasília, 17 de novembro de 2009						
<b>Assunto:</b> Consulta quanto à adesão à Ata de Registro de Preços – Pregão Presencial n.º 006/2008/CEL/SEAD. <b>Objeto:</b> Mobiliário em Geral.							
Prezado Senhor,	<table border="1" style="width: 100%;"><tr><td>Folha nº 37</td><td>Folha nº 21</td></tr><tr><td>Processo nº 080-001127/2020</td><td>Processo 460-001048/2009</td></tr><tr><td>Rubrica [assinatura] Matr. 68985-8</td><td>Rubrica [assinatura] Matr. 54.328-4</td></tr></table>	Folha nº 37	Folha nº 21	Processo nº 080-001127/2020	Processo 460-001048/2009	Rubrica [assinatura] Matr. 68985-8	Rubrica [assinatura] Matr. 54.328-4
Folha nº 37	Folha nº 21						
Processo nº 080-001127/2020	Processo 460-001048/2009						
Rubrica [assinatura] Matr. 68985-8	Rubrica [assinatura] Matr. 54.328-4						
<p>Vimos, por intermédio do presente expediente, solicitar manifestação dessa empresa no que se refere à inclusão da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal no <del>comercio dos produtos constantes da Ata de Registros de Preços do Pregão Presencial n.º</del> 006/2008/CEL/SEAD, que objetivou a aquisição de mobiliários em geral, até o limite de 100% do quantitativo registrado, em favor dessa empresa, sendo necessário no momento a quantidade dos itens abaixo especificados.</p> <p>Deste modo, requeremos que a resposta seja formalizada a este Órgão, e, adicionalmente, seja encaminhada proposta nas mesmas condições e valores pactuados na citada Ata de Registro de Preços e ainda, manifestação referente à possibilidade de atender a demanda desta Secretaria sem prejuízo das contratações originais e de outros aderentes.</p>							



## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

### TERCEIRA PROCURADORIA

Deste modo, requeremos que a resposta seja formalizada a este Órgão, e, adicionalmente, seja encaminhada proposta nas mesmas condições e valores pactuados na citada Ata de Registro de Preços e ainda, manifestação referente à possibilidade de atender a demanda desta Secretaria sem prejuízo das contratações originais e de outros aderentes.

QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	ITEM REFERENCIA DA ATA PP006/2008- CEL/SEAD
7.000	Cadeira universitária.	55
10.000	Conjunto de cadeira e carteira escolar.	56
2.000	Conjunto ABS Confort Regulável: Tampo em ABS	60

Atenciosamente,


**GIBRIL NABIH GEBRIM**  
Chefe da Unidade de Administração Geral

Ao Senhor  
Daniel Nicolau Dutra  
Indústria de Móveis Cequipel Ltda.  
Tel. (61) 3425-1892 - Fax. 3425-1232

*Recebido em 10/11/2009*

42.

Ainda, consta sua assinatura na proposta da CEQUIPEL:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**  
**NESTA.**

Referente Ofício nº 591/2009 – UAG / SEDF  
**Assunto: PROPOSTA DE ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL 006/2008/CEL/SEAD.**

Folha nº 32 e-DOC 7DC53FC8  
Processo 460-001048/2009  
Rubrica: Matr.: 54.328-4

Nossa Senhora do Socorro-SE, 18 de novembro de 2009.

Folha nº 38  
Processo nº 080-001129/2010  
Rubrica: Matr. 68985-8

Prezado Senhor,

Vimos através desta, apresentar-lhe nossa proposta, conforme solicitado.

55	Cadeira Universitária. Assento e encosto em compensado multilaminado de madeira, moldado à quente com formato anatômico, ambos revestidos laminado melamínico, tipo fórmica, na cor casaca de ovo, fixados à estrutura através de oito rebites de alumínio tipo POP, sendo quatro no assento e quatro no encosto. Prancheta frontal confeccionada em compensado multilaminado de 20mm revestida em laminado melamínico, tipo fórmica com espessura mínima de 8mm, na cor casca de ovo. Acabamento de superfície lisa, contendo decalque do órgão: impresso de forma indelével, formando uma superfície única com caracteres no tamanho de 10mm padrão de escrita em negrito (letra cheia) na cor preta (dados técnicos da impressão Fonte FUTURA HVBT Corpo 33,5 Cor Preta). Estrutura confeccionada em tubo de aço industrial 1010/1020 com seção	7.000	R\$ 115,90	R\$ 811.300,00
----	--	-------	------------	----------------

(...)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

Grupo	
<b>CEQUIPEL</b>	
GRUPO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO	
	espessura dos tubos com 1,5mm (chapa 16), dotada de mecanismo para regulação de altura com 06 graduações para melhor adaptação do aluno. Acabamento das partes metálicas através de banho desengraxante à quente por meio de imersão a 120°C e tratamento antiferruginoso de proteção, pintura com tinta pó, híbrida na cor preto brilhante, com secagem em estufa, espessura mínima da película 35 microns. Porta livros em perfil de aço seção redonda de 1/4", soldado à estrutura. Os topos de fechamento da tubulação deverão ser confeccionados em polietileno de alta densidade, fixados na estrutura por encaixe, considerando-se inclusive os pés. Protetor dos pés em polipropileno, fixados à estrutura metálica na parte superior dos pés. Dimensões: Assento (400x390mm); Encosto (400x180mm); Altura: (695-810mm).
<ul style="list-style-type: none"><li>• Validade da Proposta: 30 (trinta) dias.</li><li>• Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias.</li><li>• Dados Bancários: Banco Itaú - AG.: 3858-3 Conta Corrente: 15760-9;</li></ul>	
<p><b>Apresentamos,</b></p> <p><b>Indústria de Móveis Cequipel Parana Ltda</b> <b>Daniel Nicolau Dutra – Procurador – CPF: 115.271.611-53</b> <b>CNPJ: 00.325.400/0007-62 – Inscrição Estadual 7.110.182-2</b> <b>End.: Quadra 19, lote 14 – Distrito Industrial Socorro</b> <b>Município de Nossa Senhora do Socorro / SE.</b> <b>Tel.: (61) 3327-1659 Fax.: (61) 3327-1656</b> <b>Cel.: (61) 8118-5555</b></p>	

Forma nº 35

Processo 460-001048/2009

Rubrica: [assinatura] Data: 04.328-4

43. Como se pode observar, a citação do Sr. Daniel Nicolau Dutra vai muito além do fato de ser mero representante da empresa, o que também é fator relevante para integrar a presente TCE, pois, além de subscrever o contrato *sub examine*, os documentos dos autos apontam para uma atuação marcante do ora defendente no procedimento licitatório, restando demonstrado o nexo de causalidade necessário entre os atos que geraram o sobrepreço e o resultado lesivo ao erário do Distrito Federal.

44. Nesse diapasão, renovando as vênias de estilo ao posicionamento do Sr. Diretor da Divisão de Contas, o MPCDF opina pela **permanência** do Sr. **Daniel Nicolau Dutra**, tendo em vista que os elementos dos autos dão conta de sua efetiva participação no imbróglgio envolvendo o Contrato nº 16/2009.

45. **Diante do exposto**, lamentando divergir do opinativo do Sr. Diretor, o **Ministério Público de Contas coaduna** com as conclusões alcançadas pelo ACE, podendo a Corte **acolher** a proposta apresentada na **Informação nº 12/2021** (peça 51).

É o parecer.

Brasília, 21 de outubro de 2021.

**Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira**  
Procuradora em substituição